

Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre

Fernanda Sarmiento^{1*} (fsarmiento@dsi.uminho.pt); Angelo Miranda² (amiranda@sdum.uminho.pt); Ana Alice Baptista³ (analice@dsi.uminho.pt); Isabel Ramos³ (iramos@dsi.uminho.pt).

1 Doutoranda, Departamento de Sistemas de Informações (DSI), Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Portugal; bolsista do Governo Brasileiro/CAPES; Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil; 2 Mestrando, DSI, Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Portugal; 3 DSI, Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Portugal.

ABSTRACT

Internet technologies have a great impact on the publishing industry. Hopefully digital contents in science and technology should have their quality assured by a review process made by peers in order to make them more reliable for the reader (consumer) than other digital contents.

The Open Access (OA) movement promotes free delivery of the scholarly literature, by-passing copyright constraints and licenses/authorizations. Two roads widely accepted for OA are the “golden” road and the “green” road. In the first one, journals are OA themselves; in the last one, after publication on a non-OA journal, authors are allowed to store their articles on an institutional or in a thematic repository (OA archives).

Institutional repositories are seen as a new strategy for universities to promote changes in the scholarly communication process. They capture, preserve and give access to digital collections of the intellectual production of one or several universities. The open and wide access may be a way to solve such problems as the high cost of journals’ subscriptions and the acquisition and dissemination of gray literature.

Since institutional repositories are considered one of the main channels for scholarly literature dissemination, it is important and necessary that authors (producers) and decision-makers carefully analyze the contents of the Budapest Open Access Initiative, Bethesda Statement on Open Access Publishing, and Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities (BBB declarations), which are the more central and influent definitions for the OA movement.

A better understanding of concepts, terminology and definitions of these declarations’ contents is proposed. Copyright, derivative works and quality assurance approaches are compared and discussed.

Key-words: Open access, copyright, institutional repository, scientific communication, Budapest Open Access Initiative, Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities, Bethesda Statement on Open Access Publishing.

INTRODUÇÃO

As tecnologias e serviços da Internet têm tido um grande impacto nos processos de comunicação científica e na própria indústria de publicação. Antes do aparecimento da Internet, a comunicação formal era baseada no papel com todas as limitações físicas que condicionavam o tempo e o espaço de comunicação. Algumas destas limitações são, por exemplo, o número de publicações, a quantidade de artigos publicados por número de revista científica, o tamanho dos artigos, o tipo de material publicado (reduzido a texto e imagens), o tempo de publicação (com algumas revistas a terem atrasos de cerca de dois anos na publicação), o tempo de revisão do material e o tempo de distribuição.

A especialização cada vez maior das disciplinas tem levado a um crescendo do número de publicações científicas que as universidades e institutos de investigação se vêem obrigadas a adquirir. Por outro lado, o preço dos artefactos de comunicação científica formal, em particular dos periódicos, têm sido

alvo de aumentos sucessivos, acabando por tornar a sua aquisição incomportável para muitas organizações. Estas disponibilizam os resultados da sua investigação gratuitamente às editoras e os seus investigadores participam em quadros editoriais ou de revisão da qualidade dos artigos, geralmente também a título gracioso. As universidades, institutos de investigação, agências de financiamento e outras instituições que investem na investigação científica vêm-se, assim, a braços com custos duplicados pois financiam a investigação, fornecem os seus resultados gratuitamente às editoras sob a forma de artigos e, depois, compram de volta os periódicos onde esses artigos e outros foram publicados, muitas vezes a preços exorbitantes.

Acresce, ainda, o facto de os preços altos contribuírem cada vez mais para a divisão no acesso à informação entre cientistas de países ricos e cientistas de países menos ricos ou pobres. Ao impacto económico a que esta segregação conduz, junta-se-lhe o impacto científico. De facto, ao terem menos acesso à informação, os cientistas de países com menos possibilidades financeiras acabam por ter menos possibilidades de efectuarem contributos válidos para a comunidade em que se enquadram.

Estes são alguns dos factores que contribuíram para o surgimento e posterior disseminação e implantação do conceito de Acesso Livre (AL) à comunicação científica. Actualmente existem várias iniciativas directamente relacionadas com o AL ao nível mundial.

O MOVIMENTO ACESSO LIVRE

A utilização de tecnologia da Informação no processo de comunicação científica tem motivado o interesse de investigação nesta área, por proporcionarem de imediato e a médio prazo mudanças no sistema tradicional de publicação.

Este sistema apresenta os periódicos científicos como um dos suportes mais importantes de divulgação de resultados de pesquisa. A introdução destes significou a formalização do processo de comunicação, o que os tornou um dos canais formais de divulgação mais utilizados em determinadas áreas do conhecimento. Eles permitiram uma divulgação mais rápida dos resultados, o que proporcionou o desenvolvimento de novos trabalhos e promoveu avanços científicos (1).

Com o surgimento de novas áreas científicas ampliou-se a pesquisa, ocorreu um aumento exponencial do número de cientistas e, por conseguinte, da literatura científica. Os novos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação vieram acelerar ainda mais o desenvolvimento da produção científica.

As atividades informatizadas parecem aumentar a produtividade nos próximos anos, permitindo assim que continue crescendo a quantidade de informações científicas em circulação. Segundo Meadows (1999), a antiga diferença entre comunicação formal e informal retorna no meio eletrónico, porém, com menos força. O autor lembra que isso traz aspectos positivos e negativos, ou seja, “um aspecto negativo importante é que a qualidade da informação proporcionada torna-se de difícil avaliação. Um aspecto positivo importante é que a comunicação eletrónica é mais democrática, no sentido de que tende a atenuar as diferenças entre os participantes, e outro é que estimula a colaboração e o trabalho interdisciplinar” (2).

Em meio a isto tudo, passou-se a assistir a crescente mercantilização da informação pelas grandes editoras, para as quais os pesquisadores entregam gratuitamente os resultados do seu trabalho, financiados com verbas das universidades ou de agências de financiamento, sendo que os mesmos resultados são posteriormente vendidos para as universidades a preços elevados.

Neste contexto de mudanças, surgiu o movimento Acesso Livre (AL) (do inglês *Open Access Movement*) que está em franca ebulição em todo o mundo. Partiu de razões como o aumento dos custos de artefactos de suporte à comunicação científica, o sentimento de injustiça provocada pela necessidade de as universidades e institutos de investigação comprarem de volta os resultados da sua própria investigação, ou a consciência de que esses resultados não estariam à disposição de todos os cientistas em igualdade de circunstâncias. O movimento Acesso Livre encontrou em tecnologias como a Internet um suporte para a sua consolidação e difusão.

Este movimento promove a distribuição gratuita de literatura científica, livre de algumas restrições de copyright e autorizações para a sua utilização. O acesso gratuito a esses conteúdos científicos pode

atenuar alguns dos problemas encontrados pelas universidades como o custo elevado de aquisição e manutenção de coleções e a disseminação de literatura cinzenta.

O Acesso Livre apresenta hoje duas vertentes, a Gold Road e a Green Road, que correspondem respectivamente à publicação em periódicos em acesso livre (Open Access Journals) e em periódicos com depósito concomitante em repositórios institucionais (RI) ou em repositórios temáticos (3).

Os RI surgem como uma nova estratégia para universidades promoverem mudanças no processo de comunicação científica. São definidos como coleções digitais que armazenam, preservam e tornam disponível a produção intelectual de uma ou mais universidades (4), sem qualquer custo para o produtor e consumidor da informação.

PRINCIPAIS DECLARAÇÕES E INICIATIVAS QUE SUPORTAM O ACESSO LIVRE

Existem algumas declarações e iniciativas, governamentais e não governamentais, que deram suporte ao movimento que defende o Acesso Livre (AL) ao conhecimento científico.

Antes de serem elaboradas as três declarações centrais que regem hoje o movimento ao acesso livre, surgiu a DECLARAÇÃO DE SANTO DOMINGO, documento que resultou da 1ª REUNIÃO REGIONAL DE CONSULTA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE com relação a CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A CIÊNCIA PARA O SÉCULO XXI: UMA VISÃO NOVA E UMA BASE DE AÇÃO, ocorrida em março de 1999, em Santo Domingo. Um dos tópicos apontados na declaração foi “ciência para todos”, enfatizando que para ter uma sociedade do conhecimento é necessário aumentar a capacidade tecnológica, fazendo uma combinação de formas tradicionais e modernas que estimulem a criação científica e que viabilizem o desenvolvimento humano sustentável (5).

Logo após ocorreu em Budapeste, em julho de 1999, a CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A CIÊNCIA PARA O SÉCULO XXI: UM NOVO COMPROMISSO, realizada com o apoio da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e do International Council for Science (ICSU). Dessa reunião resultaram a DECLARAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA E O USO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO e a AGENDA PARA A CIÊNCIA – UMA BASE DE AÇÃO, que serve como diretriz e instrumento de ação para atingir as metas propostas na declaração, entre elas, a necessidade de compartilhar a informação científica e o conhecimento. Este documento apresenta considerações feitas pelos participantes, ressaltando como a revolução da informação e da comunicação oferecem meios mais eficientes de intercâmbio do conhecimento científico. Menciona a importância do amplo acesso à informação financiada com dinheiro público para a pesquisa científica e a educação, e salienta a importância do compromisso de todos os cientistas em manterem altos padrões éticos, de integridade científica e de controle de qualidade, além de compartilharem os seus conhecimentos com o público (6).

Na agenda, no tópico “ciência e políticas” identifica-se a necessidade de todos os países protegerem os direitos da propriedade intelectual e reconhecerem que o acesso à informação é essencial para o progresso científico (6).

Os documentos resultantes de ambos os encontros deram especial ênfase à geração de um novo contrato social para a ciência, destacando os componentes de ciência e sociedade, e de inovação, de forma a garantir o desenvolvimento de iniciativas concretas para a cooperação científica internacional.

Posteriormente, surgiram as três declarações consideradas centrais e de maior influência sobre o movimento do acesso livre ao conhecimento, ou seja, Budapest, Bethesda e Berlin, também designadas por Suber (7) como BBB declarations.

Declaração de Budapeste

A BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI), de fevereiro 2002, resultou da reunião promovida pelo Open Society Institute (OSI), realizada em Budapeste em dezembro de 2001 (8).

A reunião teve como objetivo discutir a questão do acesso livre a literatura científica; analisar como as iniciativas isoladas poderiam trabalhar em conjunto de forma a atingir um sucesso mais amplo, profundo e rápido, e verificar como a OSI (instituto que pertence a [Soros Foundation](#)) e outras

fundações poderiam utilizar mais efetivamente seus recursos para ajudar a transição para o acesso livre, bem como, tornar economicamente sustentável a publicação nesse novo modelo de publicação.

Segundo esta iniciativa,

[...] O benefício público que as duas possibilitam é a **distribuição eletrônica**, a uma **escala mundial**, da **literatura científica com revisão pelos pares**, de forma **gratuita e sem restrições de acesso** a investigadores, docentes, alunos e outros indivíduos interessados. A **eliminação de barreiras de acesso à literatura científica** ajudará a acelerar a investigação, a enriquecer a educação [...]. (8) (p.1, tradução e grifo nossos)

Esse documento por apresentar alguns princípios, estratégias e uma afirmação de compromisso, torna-o um dos mais importantes documentos do movimento acesso livre. Nos trechos a seguir destaca-se o tipo de material que deverá ser disponibilizado para o mundo e a definição elaborada pelo BOAI para o termo acesso livre.

A literatura que deverá ser **acessível gratuitamente em linha** é aquela cujos investigadores oferecem ao mundo sem expectativa de receber qualquer pagamento. Isto inclui os **artigos submetidos a periódicos com revisão por pares**, e também **pre-prints não revistos** que eles desejem disponibilizar em linha de forma a obter comentários ou alertar os seus colegas para resultados importantes da sua investigação. (8).

Por acesso livre a essa literatura, nós queremos dizer disponibilização livre na Internet permitindo a qualquer utilizador ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral dos documentos, processá-los para indexação, passá-los como dados de entrada para programas de software, ou usá-los para **qualquer outro propósito legal, sem qualquer barreira financeira, legal ou técnica para além daquelas que são inseparáveis da obtenção do acesso à própria Internet**. A única restrição sobre a reprodução e distribuição, e o único papel para o *copyright* nesse domínio, será o de dar aos autores controle sobre a **integridade de seu trabalho** e o **direito de propriedade intelectual e citação**. (8) (p.1, tradução e grifo nossos).

De forma a alcançar o acesso livre para a literatura científica, a BOAI recomenda duas estratégias complementares: o auto-arquivamento em repositórios e a publicação em periódicos em acesso livre (8).

A iniciativa tem recebido a adesão dos participantes do encontro em Budapeste e de um crescente número de universidades, bibliotecas, fundações, editores e outros, como por exemplo: Bioline International; OSI; Public Library of Science (PLOS); University Montreal; University Southampton/University Quebec - Montreal e BioMed Central.

Declaração de Bethesda

Outra reunião importante ocorreu na sede do Howard Hughes Medical Institute, em 11 de Abril de 2003, onde se reuniram cientistas, editores, bibliotecários, entre outros, ligados à informação na área biomédica. Tiveram como propósito discutir a forma de promover o AL à literatura científica, resultando no documento BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING. Este declara que a intenção deste grupo é

[...] delinear um conjunto de princípios que iremos seguir para obter um apoio formal de agências de financiamento, sociedades científicas, editores, bibliotecários, institutos de investigação e investigadores a título individual para a aceitação de uma norma de publicação de **resultados revistos pelos pares de investigação científica** nas ciências biomédicas. (9) (p. 1, tradução e grifo nossos).

A declaração de Bethesda indica duas condições que devem ser encontradas numa publicação, para que esta seja considerada em acesso livre:

1. O(s) autor(es) e os detentores dos direitos de autor **concedem a todos os utilizadores** o direito de acesso gratuito, **irrevogável, mundial e perpétuo**; uma licença para copiar, utilizar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente assim como **realizar e distribuir obras derivadas**, em qualquer suporte digital e

com **qualquer propósito responsável**, sujeito à correta **atribuição da autoria**, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal. (9) (p. 1-2, tradução e grifo nossos).

2. Uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença como determinado anteriormente, num formato eletrônico normalizado e apropriado, é **depositada imediatamente após a publicação inicial**, em pelo menos um **repositório em linha** que seja mantido por uma **instituição acadêmica, sociedade científica, agência governamental**, ou outra organização reconhecida que pretenda promover o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade, e o **arquivamento a longo prazo** (para as ciências biomédicas, PubMed Central é um desses repositórios). (9) (p. 2, tradução e grifo nossos).

Para concretizar esta mudança é necessária uma alteração nas políticas relativas a publicação por pesquisadores que recebem apoio por parte de entidades públicas de fomento, por exemplo: encorajar cientistas a publicar seus trabalhos no modelo de acesso livre; financiar as despesas decorrentes da publicação em acesso livre, promover mudanças no sistema de avaliação de pesquisadores de forma a considerar o mérito do trabalho em si, ao invés de considerar apenas o título do periódico onde foi publicado (9).

Entre os que assinam esta declaração estão: Max Planck Society; PLOS; SPARC; OSI.

Declaração de Berlim

A BERLIN DECLARATION ON OPEN ACCESS TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCES AND HUMANITIES, foi subscrita em 22 de outubro de 2003 por representantes de instituições científicas europeias, entre elas a Sociedade Max Planck (Alemanha) e o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS - França), que apoiaram o acesso livre e o depósito de documentos nesse modelo de publicação. Algumas das intenções do grupo são a de encorajar os seus pesquisadores e bolseiros a publicar seus trabalhos de acordo com os princípios do paradigma do acesso livre. Pretendem desenvolver meios para avaliar contribuições em AL e periódicos em linha de forma a assegurar os padrões de qualidade e as boas práticas científicas. Além disso, advogam para que a publicação em AL seja reconhecida para efeitos de avaliação e progressão acadêmica (10).

A Declaração de Berlim foi redigida de acordo com as idéias das declarações de Budapeste e Bethesda e do ECHO Charter, uma iniciativa Europeia que pretende disponibilizar uma infraestrutura de AL para o património cultural da humanidade. A declaração de Berlim define acesso livre como “uma fonte universal do conhecimento humano e do património cultural que foi aprovada pela comunidade científica.” (10)

Segundo o referido na declaração, as contribuições em AL devem satisfazer duas condições:

1. O(s) autor(es) e o(s) detentor(es) dos direitos de tais contribuições **concede(m) a todos os utilizadores o direito** gratuito, irrevogável e mundial de lhes acessar, e uma licença para copiar, utilizar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente assim como **realizar e distribuir obras derivadas**, em qualquer suporte digital para **qualquer propósito responsável**, sujeito à correta **atribuição da autoria** [...].

2. Uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença como acima definida, é depositada (e portanto publicada) num formato eletrônico normalizado e apropriado em **pelo menos um repositório** que utilize normas técnicas adequadas [...] que seja mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, organismo governamental ou outra organização estabelecida que pretenda promover o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o **arquivamento a longo prazo**. (10) (p. 2, tradução e grifo nossos).

Após o Berlin 3 Meeting ocorrido em Southampton, Reino Unido, em Fevereiro de 2005, o grupo fez recomendações referentes a implementação da Declaração de Berlim, indicando que as universidades devem (11):

1. Implementar uma política para exigir de seus pesquisadores o depósito de uma cópia de todos os seus artigos publicados em um repositório de acesso livre.

2. Encorajar seus pesquisadores a publicar seus artigos científicos em periódicos de acesso livre, desde que exista um periódico apropriado e que forneça suporte para que isso ocorra.

A Declaração de Berlim tem sido assinada por várias instituições e universidades, totalizando 55 instituições, entre elas Max Planck Society (que por si só envolve 80 institutos públicos Alemães); CNRS na França; Academia Europaea; OSI, entre outros institutos de pesquisa, universidades e agências de fomento localizadas na Austrália, Índia, Itália, Portugal, Reino Unido e outros países. Até o momento, não houve a adesão de universidades, institutos de pesquisa ou agências de fomento da América Latina e Caribe.

Tabela 1: Comparação entre os textos das declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim que regem o Acesso Livre ao conhecimento.

	Declaração de Budapeste	Declaração de Bethesda	Declaração de Berlim
	Área: Genérica	Área: Biomédica	Área: Ciências e Humanidades
Qualidade (peer review)	- artigos de periódicos revisados - pre-prints sem revisão	- artigos revisados	- aprovação pela comunidade científica (revisado)
Copyright	- controle sobre a integridade do trabalho - direito de propriedade intelectual - direito a citação (atribuição da autoria)	- atribuição da autoria	- atribuição da autoria
Finalidade da utilização	- várias, incluindo qualquer outro propósito legal	- várias, incluindo qualquer propósito responsável	- várias, incluindo qualquer propósito responsável
Obras derivadas	- não menciona	- permite	- permite
Acesso	- gratuito - público (mundial)	- gratuito - mundial - irrevogável - perpétuo (necessidade de preservação)	- gratuito - mundial - irrevogável

É possível observar o crescimento e a afirmação do movimento Acesso Livre tanto no mundo científico quanto fora dele, verificando-se a assinatura de alguns documentos e posicionamentos de sociedades científicas e organizações governamentais, como DECLARATION OF PRINCIPLES - BUILDING THE INFORMATION SOCIETY: A GLOBAL CHALLENGE IN THE NEW MILLENNIUM (12); DECLARATION ON ACCESS TO RESEARCH DATA FROM PUBLIC FUNDING (13); o SCIENTIFIC PUBLICATIONS: FREE FOR ALL? (14); a SCOTTISH DECLARATION ON OPEN ACCESS EVENT (15), entre outros.

PROBLEMÁTICAS QUE AS DECLARAÇÕES LEVANTAM

Após análise dos textos das três declarações principais, observa-se que a Declaração de Budapeste apresenta princípios, definição de estratégias e uma afirmação de compromisso em relação ao movimento Acesso Livre e indica que documentos avaliados ou não pelos pares devem ser disponibilizados mundialmente. Para alcançar o acesso livre a literatura científica, recomenda duas estratégias de publicação complementares: o auto-arquivamento em repositórios e os periódicos em acesso livre.

As declarações de Bethesda e Berlim surgem como uma complementação a Declaração de Budapeste, sendo que ambas indicam duas condições que devem ser encontradas numa publicação para que esta seja considerada em acesso livre.

As três possuem um ponto em comum, ou seja, apoiam o acesso global e irrestrito ao conhecimento científico, nomeadamente aos resultados da investigação, possibilitado pela publicação eletrônica. No entanto, observam-se diferenças entre alguns pontos.

Qualidade

A primeira delas diz respeito a qualidade do material que deve ser disponibilizado, ou seja, se ele foi ou não avaliado pelos pares. A Declaração de Budapeste, não coloca obstáculos quanto ao tipo de publicação, incentivando a divulgação tanto de material revisado como não revisado. As outras duas defendem a publicação de material previamente revisado pelos pares, o que julgamos, poderá contribuir para a garantia da qualidade do conteúdo depositado em repositórios institucionais.

Com relação a este tópico, foram visitados alguns repositórios institucionais de universidades ou instituições que assinaram a Declaração de Bethesda e Berlim e pôde-se observar que não há uma determinação clara quanto ao tipo de material aceito, algumas indicam que preferencialmente deve-se incluir artigos avaliados, mas não são rigorosos quanto a essa definição. Algumas mantêm os documentos não avaliados com acesso restrito e outras deixam como acesso mundial.

Aparentemente as instituições seguem a definição de repositórios institucionais e não tanto o texto das declarações, ou seja, armazenam toda a produção intelectual da universidade, seja ela, revisada ou não pelos pares.

Direitos de autor, obra derivada e finalidade de utilização

Com relação a elaboração de obra derivada (obra que toma como base uma ou mais obras pré-existent) de material em acesso livre, observa-se que a declaração de Budapeste não refere esta questão, enquanto o mesmo aparece especificado nas declarações de Bethesda e Berlim. Portanto, o autor que deposita seus documentos em repositórios que estão de acordo com estas declarações, parecem estar automaticamente doando os direitos patrimoniais a todos consumidores, e este poderá realizar qualquer tipo de obra derivada e fazer utilização da mesma, sem ter a necessidade de solicitar autorização expressa ao titular dos direitos autorais, ou seja, o possuidor do direito moral da obra. Apenas terá a obrigatoriedade de citar ou referir o autor da obra original.

As formas de utilização do material em acesso livre ficam um pouco duvidosas, quando nas declarações aparecem: [...] qualquer outro propósito legal [...] (Declaração de Budapeste) e [...] qualquer propósito responsável [...] (Declarações de Bethesda e Berlim).

Entendemos que qualquer pessoa pode ter acesso ao documento disponível em AL e fazer uso do mesmo, desde que cite o autor intelectual da obra, como mencionado nas declarações. Fato este que também ocorre com os trabalhos publicados e distribuídos em papel.

No entanto, algumas questões merecem a atenção por parte dos autores. Se por um lado a utilização das tecnologias favorece a rapidez na disseminação da informação e possibilita a inclusão social, por outro, torna vulnerável a integridade de conteúdo. Assim, levantam-se duas questões. Qual a interpretação a ser dada às expressões “qualquer outro propósito legal” e “qualquer propósito responsável”? Elas terão o mesmo significado para todos os utilizadores?

Ao longo desse período de mudanças, presencia-se o crescimento do movimento Acesso Livre e o surgimento de alguns documentos que visam estabelecer regras claras que suportem a publicação nesse novo modelo. Até o momento, espera-se apenas que o resultado de pesquisa publicado em AL, não seja alterado e publicado por outros sem a autorização expressa do autor, mas tal não é suportado devidamente pelas declarações.

De forma a prevenir que certos abusos como o plágio, o comércio do material em acesso livre, ou ainda o uso inadequado do mesmo, alguns repositórios e autores têm utilizado a Creative Commons Attribution License. Esta permite ao produtor manter seus direitos autorais e especificar as condições para a utilização do conteúdo. Ao consumidor, possibilita copiar e distribuir a obra, desde que o crédito seja atribuído ao autor. Também é possível disponibilizar a obra sem especificar qualquer condição, tornando-a de domínio público.

No entanto é importante esclarecer aos autores/produtores que a Instituição Creative Commons “[...] não presta serviços jurídicos. [...] não dá qualquer garantia quanto às informações disponibilizadas e se exonera de qualquer responsabilidade por danos resultantes do seu uso” (16). Isto é, caso ocorra qualquer utilização inadequada do documento disponibilizado juntamente com a licença, diferente daquela definida pelo autor, a instituição não assume qualquer responsabilidade.

Com relação a criação da licença, observou-se que a questão inicial apresenta ao autor a possibilidade do mesmo permitir ou não o uso comercial de sua obra. Esta questão vem de encontro aos propósitos do movimento Acesso Livre, que defende o acesso gratuito a literatura. Com relação a esta mesma permissão, Harnad salienta tanto a licença do Creative Commons (CC) quanto a licença de *copyleft* são definitivamente preferíveis, quando devidamente negociadas; no entanto estas não são, de maneira alguma, um pré-requisito para o AL e não deverão ser descritas como tal (especialmente porque 92% dos periódicos possuem luz verde em relação a auto-arquivo). Esperar pelo CC seria simplesmente introduzir um novo retardante desnecessário para atingir os 100% de publicação em AL, que por si só já se encontra suficientemente atrasado (informação pessoal).

Acesso

Com relação ao acesso, todas as declarações são unânimes em definir o acesso como gratuito e mundial ou público, permitindo ao utilizador em qualquer parte do mundo recuperar as informações sem qualquer custo relativo a compra do documento.

As declarações de Bethesda e Berlim salientam que a partir do momento que uma obra é disponibilizada em acesso livre, isto torna-se irrevogável, quer dizer, não se pode anular o ato de ter em acesso livre determinada obra.

Observa-se apenas na Declaração de Bethesda, direcionada à área Biomédica, a preocupação com o acesso perpétuo ao material em acesso livre, ou seja, prevê que esse material seja preservado de forma a estar disponível por longo período de tempo, permitindo o contínuo acesso à informação.

Com relação a este item, a princípio não se encontrou nas páginas dos repositórios visitados, qualquer definição de políticas que assegurem a preservação digital dos conteúdos depositados nos mesmos, de forma a definir procedimentos e métodos que garantam a qualidade dos metadados dos documentos e o funcionamento dos repositórios a longo prazo. Este item é de especial importância, porque envolverá recursos humanos e técnicos, e para isso as universidades necessitarão de recursos financeiros que as permitam cumprir esse item adequadamente.

Por fim, nota-se que apenas o grupo proponente da Declaração de Berlim tem realizado reuniões de acompanhamento de forma a melhor conduzir os assinantes desta declaração, durante a implementação do Acesso Livre.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento das tecnologias de informação proporcionou o surgimento de novos modelos de publicação, especialmente a publicação tendo como suporte a Internet. O acesso em linha ao texto completo conquistou rapidamente o interesse de todos os envolvidos no processo de comunicação, ou seja, produtores, consumidores, bibliotecários e editores. Surgiu então o movimento que defende o acesso livre às publicações científicas, que vem ganhando adeptos e suporte governamental em todo o mundo.

Hoje existem três declarações que regem o movimento Acesso Livre, ou seja, as declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim. As três apoiam o acesso global e irrestrito ao conhecimento científico, nomeadamente aos resultados da investigação, possibilitado pela publicação eletrônica.

As declarações de Bethesda e Berlim surgem como uma complementação a Declaração de Budapeste, sendo que ambas indicam duas condições que devem ser encontradas numa publicação para que esta seja considerada em acesso livre, que em resumo são: o autor concede a todos os utilizadores o direito de utilizar sua obra gratuitamente, desde que seja atribuída a correta autoria e uma cópia do trabalho deverá ser depositado em pelo menos um repositório institucional.

No entanto, as três declarações merecem alguma atenção por parte dos assinantes em relação aos tópicos qualidade, direitos de autor, obra derivada, finalidade de utilização e acesso à informação.

Com relação a qualidade do material são considerados preferencialmente pre-prints e post-prints, mas também outros tipos de documentos. Estes últimos mais de acordo com a definição de repositório institucional a declaração de Budapeste do que com a de Berlim e Bethesda, que consideram apenas documentos avaliados pelos pares. Neste aspecto, sugere-se a inclusão de metadados que permitam identificar o material revisado pelos pares, possibilitando ao consumidor a escolha ou não de determinado documento.

Portanto, fica aqui uma questão: Quem confere a qualidade daquelas publicações depositadas nos repositórios institucionais, que não passaram pelo processo tradicional de revisão pelos pares?

Segundo as declarações de Bethesda e Berlim, todo o material revisado que for depositado em acesso livre, deverá permanecer sempre em acesso livre.

Neste sentido, sugere-se às universidades que adotam uma dessas declarações e que pretendem garantir a qualidade do conteúdo mantido no repositório institucional, que tomem os devidos cuidados para que o documento depositado tenha valor científico. Com a garantia da qualidade do material depositado, espera-se atrair um maior número de utilizadores, o que resultará no aumento da citação dos artigos, bem como, no reconhecimento mundial do autor e da própria instituição.

Em relação aos itens sobre direitos de autor, obra derivada e finalidade de utilização, ainda parecem ser as mais preocupantes e discutidas, todas elas e até mesmo a qualidade do material, acabam por envolver a questão de ética.

Que garantias há em relação a origem e a validade de uma publicação disponível em acesso livre ou mesmo de uma publicação depositada em um repositório institucional?

Tanto no meio tradicional quanto no digital, não há garantias. A diferença é que a Internet, tem um maior potencial para causar danos morais e materiais, um fator favorecido pela onipresença, rapidez e pelos automatismos possíveis neste meio. A Internet, à semelhança do mundo real, constitui uma sociedade (virtual) onde também existem comportamentos aceitáveis, inaceitáveis, boas práticas e até comportamentos cívicos, que contribuem para a evolução dessa sociedade (17). Mesmo dentro do ambiente acadêmico é possível encontrar pesquisadores com baixo nível ético que influenciados por um conjunto de itens, acabam por agir desonestamente dentro da comunidade científica (18).

Com relação a questão ética, apenas a DECLARAÇÃO SOBRE A CIÊNCIA E O USO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO e a AGENDA PARA A CIÊNCIA – UMA BASE DE AÇÃO menciona com clareza a importância do compromisso de todos os cientistas em manterem altos padrões éticos e de integridade científica.

Por fim, ainda levará algum tempo para que os repositórios se afirmem como um suporte para publicação científica, sendo o utilizador - produtor ou consumidor da informação - o grande responsável pelo sucesso desse novo modelo de publicação.

REFERÊNCIAS

1. Ziman J. Conhecimento público. São Paulo: Itatiaia; 1979.
2. Meadows AJ. A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos; 1999.
3. Harnad S, Brody T, Vallières F, Carr L, Hitchcock S, Yves Gingras, et al. The Access/Impact Problem and the Green and Gold Roads to Open Access. *Serials Review* 2004;30(4):310-314.
4. Crow R. The case for institutional repositories: a SPARC position paper. Washington, D.C.: Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition; 2002. Acesso: Setembro 15th, 2003.
5. Declaração de Santo Domingo. Reunião Regional de Consulta da América Latina e do Caribe. In: Conferência mundial sobre a ciência para o século XXI: uma visão nova e uma base de ação, Santo Domingo, República Dominicana; 1999. p. 7.
6. Declaração sobre a Ciência e o uso do conhecimento científico. Conferência Mundial sobre Ciência para o século XXI: um novo compromisso. In: 1999. p. 22.

7. Suber P. Open access overview. Focusing on open access to peer-reviewed research articles and their preprints. In; 2005.
8. Budapest Open Access Initiative. 2002 February 14, 2002 [cited; Available from: <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>]
9. Bethesda Statement on Open Access Publishing. 2003 [cited; Available from: <http://www.earlham.edu/%7Epeters/fos/bethesda.htm>]
10. Berlin Declaration on open access to knowledge in the Sciences and Humanities. 2003 22 October 2003 [cited; Available from: <http://www.zim.mpg.de/openaccess-berlin.html>; <http://www.zim.mpg.de/openaccess-berlin/signatories.html>; <http://www.zim.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.html>]
11. Harnad S. The implementation of the Berlin Declaration on Open Access. D-Lib Magazine 2005;11(3):5.
12. World summit on the information society. Declaration of Principles. Building the Information Society: a global challenge in the new millennium. 2003 [cited 2004 30 December]; Available from: <http://www.wsisgeneva2003.org/home.php>
13. Declaration on access to research data from public funding. 2004 [cited 2005 17 February]; Available from: http://www.oecd.org/document/0,2340,en_2649_34487_25998799_1_1_1_1,00.html
14. Science and Technology Committee. Scientific publications: free for all? London: House of Commons; 2004 20 July. Report No.: HC 399-I.
15. Scottish Science Information Strategy Working Group. Scottish Declaration on Open Access Event. 2004 [cited 2004 2 November]; Available from: <http://scuri.ac.uk/WG/SSISWGOA/declaration.html>
16. Creative Commons. Licença Jurídica Creative Commons. 2005 [cited 2005 12 January]; Available from: <http://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/br/legalcode>
17. Silva PT. Crime organizado. Em breve numa mailbox perto de si. Centro Atlantico.pt magazine 2004(4):17-19.
18. Azevedo ES. Integridade científica no Brasil. Jornal da Ciência 2005(Ano XIX, Nº 555):10.